

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PPS/MS)
na sessão de 24 / 10 / 2006.

**A CALAMITOSA SITUAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS DA FAZENDA ITAMARATI**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O corrente mês de Outubro em Mato Grosso do Sul tem sido tristemente marcado pela revelação de fatos estarrecedores acerca do assentamento da Fazenda Itamarati, todos trazidos à baila pela competente atuação do Jornal Correio do Estado, demonstrando mais uma vez isenção e postando-se como fiscal das ações do poder

público, num papel necessário e esperado pelos sul-matogrossenses.

Era uma das maiores fazendas do mundo, produtiva e dotada de infra-estrutura, adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA para assentar cerca de 2.800 famílias, num investimento total de R\$ 193,3 milhões pelo Governo Federal, para transformá-la em modelo de assentamento inovador que incluía a administração coletiva do patrimônio que lá ficou e da futura produção dos assentados, com a criação da Associação Itamarati, integrada pelos MST, CUT, Fetagri e FAF, que acabou se tornando nicho de disputas políticas, afastando-se de suas funções.

Pois bem, segundo o Correio do Estado, o patrimônio de R\$ 55,7 milhões da Fazenda Itamarati, com ferrovia, aeroporto, sete armazéns, três secadores, indústria

de beneficiamento, escritórios e posto de combustíveis, está sucateado, abandonado, deteriorado e depredado.

Existe em verdade receita na Associação Itamarati, mas seu destino não é claramente revelado. Não aparece em benefícios às famílias, algumas passando fome e outras comendo quirera de milho, usada para alimentar galinhas, isso quando não vendem ferramentas para fazer algum dinheiro.

Se somarmos a isso a falta de liberação, de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, teremos que a maioria das 1.692 famílias, do assentamento Itamarati II, sobrevive com o Bolsa Família, classificando a reportagem como “Favela Rural”, aquilo que deveria ser modelo de Reforma Agrária.

O INCRA admite que o PRONAF só deve chegar às famílias em 2007, até lá, permanecerão atrelados ao Bolsa-Família. Se é burocracia, estratégia, má-fé ou

incompetência, é difícil avaliar, mas inegável é a miséria no campo. Ademais, 42% dos assentados vivem em barracos de lona.

Para agravar a situação, existe inapetência quanto a estrutura de saúde do assentamento. Usa-se no atendimento de mais de 18 mil pessoas, como Unidade Básica de Saúde, em duas vezes na semana, algumas poucas instalações de um hospital da Fazenda Itamarati, de 27 leitos, salas de triagem, raio-x, consultas, almoxarifado, lavanderia e centro cirúrgico, equiparável a um hospital de mais de R\$ 1,3 milhão, que está para desabar tantas são as rachaduras no local.

O Correio do Estado também revela que “os assentamentos Itamarati I e II foram implantados sem estudos de impacto e licenças ambientais”. Resultado disso é que áreas de preservação ambiental não são respeitadas, há mortandade de peixes e está sendo apurada a intoxicação de

uma criança em um dos riachos da região, onde haveria contaminação pelas embalagens de agrotóxicos enterradas em suas margens.

A consequência da falência do modelo de Reforma Agrária do Governo Federal, além do assistencialismo que em geral rende votos, é que existem cada vez mais casos de assentados “vendendo” seus lotes.

No Assentamento I os arrendamentos a terceiros já atingem 64% da área segundo o Correio do Estado. Ocorre que em cinco anos como assentadas, as famílias têm assistência técnica precária e não gozam de incentivos suficientes para o cultivo da terra, mesmo porque, seus projetos em geral esbarram na burocracia dos órgãos de apoio.

Quero lembrar que além do Correio do Estado, chamou-nos atenção artigo do Colega Deputado Xico Graziano, sobre o Assentamento Itamarati, segundo quem

“os níveis de produção são baixíssimos, a qualidade de vida sofrível. Campeia a prostituição e a corrupção. Dá pena de ver. Lotes são vendidos a céu aberto. Nada funciona, porém, sem a comissão do chefe. Sendo tudo irregular, a propina corre solta. Como passe de mágica, autoridades públicas não tomam conhecimento das transações”.

Diante de tamanhos descalabros, cabe-nos no exercício de nossa honrosa função, diligenciar junto aos órgãos federais pertinentes em busca de informações que possam elucidar as razões que levaram a um retumbante fracasso, a política de Reforma Agrária do atual Governo Federal, o que faremos através dos canais competentes, inclusive neste ato apresentando à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e na Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa de Leis, os competentes Requerimentos.

Gratos pela atenção.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PPS/MS